

# A CRISE DO MUNDO DO TRABALHO E A ATUALIDADE DE GRAMSCI\*

Marcos Del Roio\*\* e Edilene da Cruz Silva\*\*\*

## A CRISE DO MUNDO DO TRABALHO

Nos inúmeros debates a respeito da postura assumida pelo movimento operário e pelas esquerdas, nos últimos anos, têm sido recorrentes as referências a uma crise de representação social e política da classe operária sem que, no entanto, a unanimidade em torno dessa constatação indique a existência de uma interpretação única a respeito da natureza e significado da crise e, menos ainda, de previsões homogêneas sobre os rumos da vida social sob o capital, particularmente do mundo do trabalho.

Sabemos que a análise restrita à investigação do papel desempenhado pelas instituições dos trabalhadores não pode nos oferecer muito além da constatação de uma atitude cada vez mais defensiva, ou seja, a visão de uma das manifestações da própria crise. Assim, antes de antecipar qualquer prognóstico no que se refere às possibilidades abertas pela situação atual, faz-se necessário compreender as causas mais profundas que determinaram esse estado de coisas, investigando, inicialmente, os principais elementos a serem considerados na constituição do mundo do trabalho.

\* Este artigo é a redação desenvolvida do trabalho apresentado na LI Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e no X Congresso Estadual dos Sociólogos de São Paulo, em julho e outubro de 1999, respectivamente.

\*\* Docente junto ao Departamento de Ciências Políticas e Econômicas, Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Marília, São Paulo.

\*\*\* Mestranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Marília, São Paulo.

A tradição marxiana considera que a atividade do trabalho, enquanto produtora de valores de uso, possui um papel central na constituição do ser social. Neste momento, são as funções vitais da reprodução social e individual a determinar diretamente as mediações pelas quais o trabalho se realiza – *mediações de primeira ordem*. A subordinação do valor de uso ao valor de troca concomitante à emergência do capital como forma de relação social de reprodução implicou o desenvolvimento de *mediações de segunda ordem*, expressas na separação e alienação entre o trabalhador e os meios de produção, com a subordinação do trabalho aos imperativos expansionistas do capital.<sup>1</sup>

O movimento do capital não obedece, assim, a nenhuma determinação necessária, ao contrário, sua manutenção depende da articulação de elementos que Mézáros chama de “forças centrífugas”,<sup>2</sup> do controle articulado de todas as esferas da vida social.

Assim, o entendimento da crise do mundo do trabalho – tanto no que se refere à sua materialidade quanto às formas assumidas por sua subjetividade – só pode ser alcançado se considerados os movimentos e as crises do capital, bem como as alternativas por ele forjadas na tentativa de garantir e ampliar a sua acumulação.

Dentre os estudos realizados a respeito da atual condição da classe trabalhadora, têm sido muito difundidos aqueles nos quais se tem indicado que as transformações na estrutura produtiva e a decorrente mudança no perfil social das classes são sinais indeléveis de sua caminhada para a extinção, o que implica, no campo teórico, a perda da

<https://doi.org/10.36311/0102-5864.18.v0n39.2309>

centralidade da categoria trabalho e, no campo político, a negação da luta de classes, com a conseqüente defesa de relações “consertativas” entre capital e trabalho. Por outro lado, após minuciosa investigação do universo da produção, da constituição da classe trabalhadora e de suas instituições, do movimento assumido pelo capital e das instituições que compõem o Estado, outros estudos contestam a possibilidade, na atual forma de organização social e produtiva, de que o proletariado possa se extinguir enquanto perseverar o domínio do capital.



István Mészáros

Num debate com vários autores e mais explicitamente com André Gorz (*Adeus ao proletariado*), Ricardo Antunes<sup>3</sup> demonstra que a redução do operariado fabril nas sociedades capitalistas avançadas não significa o fim da *classe-que-vive-do-trabalho*<sup>4</sup> e sim que as mudanças estruturais ocorridas no universo da produção, sob a lógica da acumulação do capital, têm transformado não apenas as condições materiais da classe operária, mas também sua subjetividade, sua forma de ser e de organizar-se.

Mas como teve início esse processo? Observamos, com Mészáros, que na busca de condições para a perpetuação de sua reprodução, o capital busca modelar todas as instâncias que compõem a vida social de acordo com os seus interesses.

Na década de 1970, após um período de intensa acumulação iniciado no pós-Segunda Guerra Mundial, o sistema do capital passou a dar mostras de uma crise estrutural cujos sintomas agravam-se permanentemente. A saída para a crise foi encontrada na busca pela superação do modelo de organização da produção deste período – o fordismo-taylorismo – e da principal estratégia política encontrada para seu gerenciamento, o keynesianismo.

O modelo fordista-taylorista caracterizou-se fundamentalmente pela produção em massa de mercadorias, sob um processo altamente racionalizado que visava reduzir o tempo e aumentar o ritmo de trabalho. A racionalização de todas as operações envolvidas intensificou fortemente a divisão do trabalho, pois estava associada à desvinculação das atividades de concepção e execução.<sup>5</sup>

Na medida em que se difundiu do setor automobilístico para outros setores, esse modelo de organização da produção possibilitou, mediante o aumento da exploração do trabalho, uma intensa acumulação de capitais.

Foram os ganhos oriundos dessa exploração – ainda maior nos países da periferia do capitalismo – que permitiram ao capital, a fim de “manter integrados” os trabalhadores ao seu projeto (logo após desmontar as suas instituições mais combativas), fazer uso de um “sistema de compromisso”, mediante o qual, pelo menos nos países de capitalismo avançado, lhes concedia alguns ganhos sociais.

Incorporando a solução política coerente à lógica do capital, representada pelo mito do *Welfare State* – previamente preparado pela desorganização dos trabalhadores a partir da própria fábrica fordista – as instituições representativas dos trabalhadores passaram a restringir suas reivindicações às melhorias salariais, de condições de trabalho e de direitos sociais, dirigidas exclusivamente ao Estado e não mais à burguesia.

Entretanto, durante a crise dos anos 70,<sup>6</sup> viria à tona a contraditoriedade do operário-massa “produzido” pelo fordismo-taylorismo. Se, como operário-massa, o trabalhador foi expropriado de seu saber e submetido ao ritmo da linha de montagem, transformado em mais uma engrenagem da máquina; por outro lado pôde encontrar, nas relações de produção que a todos homogeneizava, uma forma de identidade que criava um ambiente favorável à organização do incormformismo, como lembrou Bihr.<sup>7</sup>

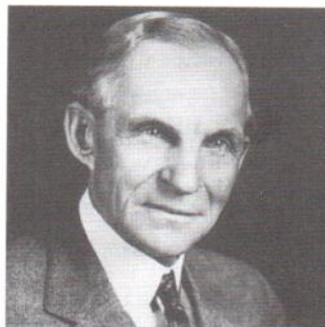
As novas formas de organização da produção, assim como o abandono do keynesianismo, em troca da política neoliberal, devem ser interpretadas como a resposta encontrada pelo capital na busca de formas de acumulação mais eficazes (ou seja, a superação da crise) e de refrear o movimento operário, tornado combativo durante a vigência do

O modelo  
fordista-taylorista  
caracterizou-se  
fundamentalmente pela  
produção em massa de  
mercadorias [...].

modelo fordista-taylorista. Sem dúvida, o desenvolvimento das chamadas formas de acumulação flexível, em torno das quais tem girado as relações de produção, se tornou possível graças aos conhecimentos proporcionados pela revolução técnico-científica, ainda hoje em processo.

Para refletir a respeito dos efeitos dessas transformações na esfera produtiva sobre a subjetividade da classe operária, ou, para usar a expressão de Antunes, da “classe-que-vive-do-trabalho”, é necessário examinar mais atentamente os desdobramentos da forma de organização do trabalho sob o toyotismo. Ele diferencia-se do fordismo basicamente nos seguintes traços:

- é uma produção muito vinculada à demanda, visando atender às exigências *mais individualizadas* do mercado consumidor, diferenciando-se da produção *em série e de massa* do taylorismo/fordismo;
- fundamenta-se no trabalho operário *em equipe*, com *multivariabilidade* de funções, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo;
- a produção se estrutura num processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar *simultaneamente* várias máquinas, alterando a relação homem/máquina na qual se baseava o taylorismo/fordismo;
- tem como princípio o *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção;
- funciona segundo o sistema de *kanban*, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque;
- as empresas do complexo produtivo toyotista, inclusive as terceirizadas, têm uma estrutura horizontalizada, ao contrário da verticalidade fordista. Enquanto na fábrica fordista aproximadamente 75% da produção era realizada no seu interior, a fábrica toyotista é responsável por somente 25% da produção, tendência que vem se intensificando ainda mais. Essa horizontalização, bem como todos os métodos da produção estendem-se às empresas subcontratadas;
- organiza os círculos de controle de qualidade (CCQ), constituindo grupos de trabalhadores que são *instigados* pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com vistas a melhorar



Henry Ford



Frederick W. Taylor

a produtividade das empresas, convertendo-se num importante instrumento para o capital apropriar-se do *savoir faire* intelectual que o fordismo desprezava;

- o toyotismo implantou o “emprego vitalício” para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas (cerca de 25% a 20%), além de ganhos salariais intimamente vinculados ao aumento da produtividade.<sup>8</sup>

Podemos afirmar que o toyotismo continua a desempenhar, sobre novas bases, a intensificação da exploração do trabalho característica do fordismo. Os métodos de trabalho, associados ao crescimento do capital constante (automação) promovido pelo avanço tecnológico, dispensaram grande parte da mão-de-obra antes ligada às atividades manuais. A flexibilização do processo produtivo, além da organização do espaço fabril, de acordo com o modelo toyotista, envolve a expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado, precário, terceirizado. Além disso, a criação do trabalhador polivalente, sob o toyotismo, provocou a desespecialização dos operários profissionais da fábrica fordista, situação responsável pelo grande número de “desempregados estruturais” e subempregados. A maior incorporação do trabalho feminino, o crescimento do setor de serviços e o assalariamento das classes médias, completam o quadro de uma classe trabalhadora diversificada, heterogênea e fragmentada.

Um outro desdobramento perverso das formas de acumulação flexível será relacionado ao fato de que, quanto mais o trabalho se intensifica e se torna complexo, mais é subsumido ao capital. Na forma fordista de organização do processo produtivo, conquanto o trabalho e as tarefas repetitivas da linha de montagem moldassem os gestos e mesmo as

relações fora da fábrica de acordo com os princípios racionais do processo produtivo, a capacidade intelectual do trabalhador não era absorvida de forma absoluta pelo processo da produção. Em contrapartida, as relações flexíveis de produção se apropriam não apenas dos músculos do trabalhador, mas também de seu cérebro. Não apenas por meio da apropriação de seu saber nos CCQ, mas também pela inclusão da função de supervisão do processo produtivo entre as “múltiplas funções” a serem desempenhadas pelos times de trabalho, o operário se vê permanentemente subordinado ao objetivo da máxima produtividade.<sup>9</sup>

Há que considerar, ainda, a despeito de não generalizá-la para a totalidade do processo produtivo, uma outra tendência dada pela interação entre trabalho material e imaterial: o aumento das atividades intelectuais na esfera do processo produtivo torna-se fundamental não só na produção de mercadorias, mas também para a efetivação do seu consumo.

Nas novas formas de organização do trabalho, portanto, há um envolvimento da subjetividade do trabalhador muito provavelmente não imaginada pelos entusiastas do fordismo.

Trata-se, entretanto, da construção de uma subjetividade inautêntica, na precisa conceituação de Tertulian, pois a dimensão de subjetividade presente nesse processo de trabalho está tolhida e voltada para a valorização e auto-reprodução do capital, para a “qualidade”, para o “atendimento ao consumidor”, entre tantas formas de representação ideológica, valorativa e simbólica que o capital introduz no interior do processo produtivo. A subjetividade operária deve transcender a esfera da execução, para, além de produzir, pensar também diuturnamente naquilo que é melhor para a empresa e o seu projeto. Mesmo no trabalho dotado de maior significação intelectual, imaterial, o exercício da atividade subjetividade está constrangido em última instância pela lógica da forma/mercadoria e sua realização.<sup>10</sup>

Haddad identificou na transformação da ciência em fator de produção um ponto central para a compreensão dos contornos ganhos pelas classes sociais ao longo das últimas décadas. Para o autor, na sociedade superindustrial (pós-fordista), além da classe detentora do capital, num pólo, e a dos trabalhadores assalariados (cada vez mais diversificada), no outro, se distinguiriam como fundamentais duas novas classes: a “classe” dos agentes

sociais inovadores – os produtores do conhecimento científico – e a “não-classe dos não-trabalhadores”.<sup>11</sup>

A conceituação da classe de agentes sociais inovadores deriva da idéia de que a incorporação crescente da ciência, enquanto fator de produção, representa a negação do trabalho no interior do próprio sistema.<sup>12</sup>

“É da ciência posta em movimento durante o tempo de produção, e não mais do tempo de trabalho socialmente necessário na produção, que a criação da riqueza efetiva depende cada vez mais.”<sup>13</sup>

Embora Haddad afirme que a internalização da ciência ao processo produtivo não comprometa a teoria do valor trabalho, podemos verificar que da idéia de que ela assume o papel de principal força produtiva no interior da produção decorre uma série de efeitos que gradualmente levariam à perda da centralidade do trabalho:

1. O crescimento do lumpen-proletariado representa a negação do trabalho numa esfera que é exterior ao sistema.
2. O crescimento do número de trabalhadores improdutivos exteriores à produção representa a negação do trabalho numa esfera que embora exterior ao sistema, pertence à exterioridade no sistema.
3. O crescimento do número de trabalhadores improdutivos que se vendem ao capital representa uma negação parcial do trabalho produtivo já no interior do sistema.
4. Com a posição dos homens de ciência como agentes da produção, o trabalho perde centralidade no interior da própria produção.<sup>14</sup>

É esse o raciocínio – corroborado pelas evidências empíricas do aumento progressivo do número de trabalhadores permanentemente excluídos da produção – que sustenta a proposição, feita por Haddad, da emergência de uma “não-classe dos não-trabalhadores” como classe fundamental.

Durante a análise das transformações ocorridas no universo da estrutura de produção nos últimos

Nas novas formas de organização do trabalho, há um envolvimento da subjetividade do trabalhador muito provavelmente não imaginada pelos entusiastas do fordismo.

anos, verificamos a ocorrência, de maneira ininterrupta, de um processo no qual o capital procura, através de estratégias diversas, extrair uma quantidade cada vez maior de capital no menor tempo possível de trabalho. Certamente, sob as formas de acumulação flexível, houve a redução do tempo de trabalho – principalmente na sua forma manual –, mas ela esteve associada a uma intensificação da exploração das mais variadas formas de trabalho, principalmente daquelas precarizadas. Isso nos leva a concordar com Antunes, que embora seja uma necessidade permanente do capital a redução de sua dimensão variável, a manutenção do trabalho vivo é uma condição não apenas para a sua própria reprodução, através da geração de valor, mas também porque não seria possível completar o ciclo reprodutivo tão somente por meio do consumo.<sup>15</sup>

A articulação entre trabalho vivo e trabalho morto é condição para que o sistema produtivo do capital se mantenha. A tese da eliminação do trabalho abstrato, considerado dispêndio de energia física e intelectual para a produção de mercadorias, não encontra respaldo teórico e empírico para sua sustentação nos países capitalistas avançados como os EUA, o Japão, a Alemanha, e muito menos nos países do chamado Terceiro Mundo.<sup>16</sup>

Também observamos que as atuais formas de acumulação flexível lograram seu desenvolvimento graças principalmente ao desenvolvimento científico e tecnológico. Entretanto, não se pode esquecer que a ciência está também subordinada, na ordem atual, aos imperativos do capital e se articula ao trabalho no processo de sua valorização.

A principal mutação no interior do processo de produção de capital na fábrica toyotizada e flexível não se encontra, portanto, na conversão da ciência em principal força produtiva que substitui e elimina o trabalho no processo de criação de valores, mas sim na interação crescente entre trabalho e ciência, trabalho material e imaterial, elementos fundamentais no mundo produtivo (industrial e de serviços) contemporâneo.<sup>17</sup>

Esperamos ter explicitado os principais elementos da crise vivida pelo mundo do trabalho na atualidade. Em virtude das alterações perpetradas pela ofensiva do capital a partir dos anos de 1970, a classe trabalhadora sofreu profundas mudanças na sua materialidade, mas também na sua forma de



Gramsci

ser, tornando-se mais heterogênea e fragmentada. Todas essas transformações guardam um significado acentuadamente político, em que se evidenciam as dificuldades para a elaboração de um projeto autônomo, fundado na identidade e no sentimento de pertencimento de classe.

Poderia o italiano Antonio Gramsci nos ajudar não só a compreender o significado dessa crise para a subjetividade do mundo do trabalho, mas ainda a refletir sobre os caminhos possíveis para a sua superação?

## GRAMSCI, AMERICANISMO E FORDISMO

Entendemos que as contradições oriundas das transformações anteriormente analisadas, das quais constitui exemplo o fato de que as inovações tecnológicas que permitem o aumento da produtividade do trabalho são também responsáveis por mecanismos que excluem milhares de trabalhadores do processo produtivo, recolocam permanentemente, para o mundo do trabalho, o desafio da constituição de uma nova cultura capaz de impulsionar e dar conteúdo à elaboração de um projeto autônomo.

Foram as indagações sobre as condições necessárias para a constituição desse projeto que nos guiaram até a obra de Antonio Gramsci, a fim de avaliar a validade das categorias analíticas por ele forjadas. Para Gramsci, esse problema remete à necessidade da formação de uma vontade coletiva nacional-popular que, com base numa nova cultura, seja capaz de justificar a ação política voltada para a construção de uma forma distinta de sociabilidade.

Durante a reflexão sobre o caráter da atual crise no mundo do trabalho à luz dos escritos gramscianos, aventamos a hipótese de uma possível analogia com o fascismo e o americanismo enquanto formas de revolução passiva e de ofensiva do capital na época de Gramsci.

A análise gramsciana não se detém sobre a aplicação dos princípios de gerenciamento no interior do processo produtivo, mas volta-se para a compreensão das mudanças imprimidas pelo novo padrão de relações de acumulação à totalidade das relações sociais. Investiga as formas pelas quais os

grupos dirigentes buscam manter a hegemonia sobre as classes subalternas, superando a crise orgânica detonada no final dos anos de 1920, tendo presente a questão fundamental da construção do projeto revolucionário, cujas possibilidades abertas pela Revolução de Outubro foram potencialmente minadas pela derrota na Europa Ocidental.

A primeira característica atribuída por Gramsci à forma de organização do processo produtivo de acordo com os moldes do padrão fordista-taylorista é ser um fenômeno intimamente ligado à “necessidade imanente de organizar uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que assinalam exatamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática”.<sup>18</sup>

Mas exatamente em que consiste o fordismo?

Ele emerge num período em que a base do moderno industrialismo se consolidava, incluindo a aplicação da ciência intensiva em diversos ramos e o desenvolvimento da indústria metalúrgica. A necessidade de potencializar a produção industrial, o capital da indústria, acelerou o processo de subordinação ao capital financeiro, responsável por grande parte dos financiamentos. Aumentava ainda a pressão da concorrência intercapitalista, intensa já antes da Primeira Guerra Mundial.

A necessidade de garantir preços relativamente mais baixos – de forma a impedir que outros produtores entrassem no mercado – conduziu a uma dupla estratégia de crescimento industrial: por um lado, a ampliação da oferta e a abertura de novos mercados, apropriando-se, assim, de bolsões de “ganhos macroeconômicos”, até então, inexplorados e invisíveis aos olhos da burguesia industrial do século passado; e, por outro, no plano da produção a redução de custos – através da “racionalização” do trabalho e da organização industrial – além da criação de novos processos produtivos.<sup>19</sup>

Assim, o fordismo, não introduziu

novidades originais, trata-se somente da fase mais recente de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, fase que apenas é mais intensa do que as precedentes e manifesta-se sobre formas mais brutais, mas que também será superada com a criação de um novo nexos psicofísico de um tipo diferente dos procedentes, e indubitavelmente, superior.<sup>20</sup>

Há que traçar uma distinção entre o fordismo-taylorismo e o americanismo, tais como descritos por Gramsci. Referindo-se à introdução do novo modo de organização da produção nos Estados Unidos, ele destaca como elemento fundamental, em oposição à situação européia – e particularmente italiana – sua composição demográfica racional.

A existência dessas condições preliminares, racionalizadas pelo desenvolvimento histórico, tornou fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima) para, finalmente, basear toda a vida do país na produção. A hegemonia vem da fábrica e, para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia.<sup>21</sup>

O fato de Gramsci dedicar várias páginas ao exame do vínculo entre o fordismo e a vida norte-americana tem por objetivo demonstrar a maneira como a rígida disciplina da fábrica se articula, e não pode prescindir de sua difusão para todo o tecido social. Nesse sentido, o americanismo cria uma nova concepção de mundo, que, ao expressar exatamente a forma de ser da forma mais avançada das relações capitalistas, gerava o ambiente propício para seu desenvolvimento posterior.

Para o perfeito funcionamento do sistema, no momento da produção e da reprodução, a adaptação do trabalhador à organização científica e racional do trabalho – segundo os princípios da administração científica de Taylor – e ao ritmo acelerado da linha de montagem para a produção em massa da Ford preconizava a internalização da mais rigorosa disciplina não apenas no interior da fábrica, mas em todos os seus hábitos – sexuais, de consumo, de relacionamento social, etc.

Os novos métodos de trabalho são indissolúvelmente ligados a um certo modo de vida, a uma certa maneira de pensar e sentir a vida; não se pode obter sucesso dentro de um desses domínios sem que se obtenha resultados tangentes no outro.<sup>22</sup>

A necessidade de potencializar a produção industrial, o capital da indústria, acelerou o processo de subordinação ao capital financeiro, responsável por grande parte dos financiamentos.

E isso se realizaria, de maneira mais adequada aos próprios fins do capital, mediante a cooptação dos trabalhadores por um uso cada vez maior das formas de consenso, associadas à coerção.

A adaptação aos novos métodos de produção e de trabalho, não pode se verificar apenas através da coação social: este “preconceito” é muito difundido na Europa e especialmente no Japão, em que não pode tardar a provocar conseqüências graves para a saúde física e psíquica dos trabalhadores, “preconceito” que, inclusive, só se baseia na desocupação endêmica surgida no pós-guerra. Se a situação fosse normal, o aparelho de coerção necessário para obter o resultado desejado custaria mais do que os altos salários. Por isso, a coerção deve ser sabiamente combinada com a persuasão e o consentimento, e isto pode ser obtido, nas formas adequadas de uma determinada sociedade, por uma maior retribuição que permita um determinado nível de vida, capaz de manter e reintegrar as forças desgastadas pelo novo tipo de trabalho.<sup>23</sup>

A sociedade norte-americana, por ter encontrado a forma do “ambiente, uma determinada estrutura social e um determinado tipo de Estado”,<sup>24</sup> incorpora a “forma adequada” para o desenvolvimento dessa nova forma de organização das relações sociais na qual “a hegemonia nasce da fábrica”.

Não apenas a produção é de massa, mas também o operário é massificado à medida que a “cultura da esfera produtiva” invade a sua subjetividade.

Toda a discussão sobre o americanismo explicita a necessidade de considerarmos, tal como Werneck Vianna, que as formulações de Gramsci não estabelecem o privilégio dos fenômenos da estrutura, mas, tampouco, dos da supra-estrutura. Pensar os deslocamentos de perspectiva como linhas analíticas complementares, como sugere o autor, parece ser a solução adequada para compreender a multiplicidade de aspectos que constituem os processos políticos nas sociedades ocidentais.<sup>25</sup> Deste modo, o americanismo pode ser apreendido como expressão do entrelaçamento entre a estrutura econômica e a cultura, oferecendo, por isso, as condições adequadas não apenas para que o capital

possa superar sua crise orgânica, mas para o desenvolvimento de sua ambição intrínseca: a contínua expansão.

Crise e desenvolvimento capitalista se mostram intimamente conexos [...] e é esta contradição que explica como o americanismo se apresenta simultaneamente como modernização e conservação, e também como modernização e conservação desse modo de produzir são no fundo a mesma coisa.<sup>26</sup>

Nesse sentido, ele assume a forma de uma “revolução passiva”, pois as alterações produzidas nas relações de produção organizam, sobre novas bases, a constituição do bloco histórico sob a dinâmica do capital, ou, dito de outra forma, expressam mais uma maneira através da qual as classes dominantes procuram manter a sua hegemonia.

Como vimos, essa forma de revolução passiva impôs profundas mudanças à forma de ser das classes subalternas, sem as quais não poderia se dar a construção do “trabalhador de tipo novo” necessário ao fordismo-taylorismo. Esse fato possibilita desdobramentos que estabelecem um diferencial em relação às revoluções passivas ocorridas na Itália durante o *Risorgimento* e mesmo com o fascismo.

Entendemos que a revolução passiva é sempre uma saída conservadora<sup>27</sup> para a manutenção do poder das classes dominantes uma vez que

desde o final da revolução francesa o “moderno” – seja a sociedade ou o Estado moderno, como descrito por Hegel – se caracteriza ao mesmo tempo como um modelo de racionalidade e de progresso por um lado, e como uma barreira contra o “novo”, isto é, a revolução (o socialismo/comunismo) por outro.<sup>28</sup>

As formas assumidas pelas relações de produção e pelo aparato institucional do Estado, no entanto, dependem das relações de forças delineadas ao longo da história de cada formação econômico-social. No caso da Itália, as forças progressivas burguesas, antes de desarticular as forças reacionárias representadas pelos grandes proprietários, a elas se aliaram no processo de revolução burguesa. Esse desfecho, a despeito de eliminar, ao menos momentaneamente, a ameaça representada pela tendência revolucionária das camadas populares, atrelou o desenvolvimento posterior do projeto burguês aos compromissos com o setor agrário.

Entendemos que a revolução passiva é sempre uma saída conservadora para a manutenção do poder das classes dominantes.

Os limites das novas formas de relações de produção são dados pela manutenção dos privilégios das classes delas desvinculadas, os “setores parasitários” de que fala Gramsci. Isso significa a permanência de algumas condições que entram em choque com aquelas indispensáveis para o desenvolvimento dessas formas: inchaço da administração estatal, da atividade comercial, permanência dos grandes latifúndios e, por último, mas não menos importante, o exercício da direção ideológica pelos intelectuais tradicionais.

Encontramos, assim, em análises aparentemente distintas no interior da obra gramsciana, a descrição de duas tendências de “revoluções passivas” (cesarismo)<sup>29</sup> através das quais as classes dominantes buscam, desde 1848, manter as condições do atual bloco histórico, e que são exemplificados pelo “fascismo” e o “americanismo”.

O fascismo, na medida em que assegurou a recomposição do bloco industrial-agrário, garantindo a dominação de operários e camponeses, foi uma forma de cesarismo reacionário. Mas não apenas por isso. Em comparação ao americanismo, ele representa uma barreira para a forma mais avançada – na lógica do capital – de organização da vida social.<sup>30</sup>

Produção sempre mais estandarizada e, portanto, germinação de uma consciência operária de massa, que nega a ideologia dos “produtores” ordonovistas ligados à qualidade do trabalho; elevação da qualidade de vida “altos salários” de algumas camadas dos trabalhadores, que intensifica a exploração e cria um vínculo hegemônico entre a empresa e o trabalhador [Gramsci não conhece o consumo de massa que, parcialmente, generalizará em uma vasta área popular os “benefícios” dos “altos salários”]; subordinação sempre mais aprofundada da vida privada dos trabalhadores às exigências e ao funcionamento da estrutura econômica, e portanto, invasão da zona mais íntima da esfera reprodutiva (sensualidade e família) sobre a base das necessidades do processo industrial; taylorização e mecanização da consciência: constituição de uma cultura de massa despersonalizante, determinada e dirigida do alto; sistema de valores e de normas aparentemente livre, na realidade “totalitário”, que submete o “espírito popular criativo” e tende a transbordar e difundir-se em nível internacional; formação portanto de um “homem novo” *made in USA*, ou seja, de um conformismo subalterno ao capital [...]; centralidade da questão da técnica – equivale a dizer, da necessidade de libertá-la da hegemonia e do poder dominante e de torná-la funcional ao projeto de libertação.<sup>31</sup>

Existe uma grande polêmica a respeito das possibilidades de utilização do potencial técnico colocado em funcionamento pelo fordismo-taylorismo pelas forças revolucionárias. Na análise deste ponto é preciso lembrar, em primeiro lugar, que Gramsci capta tendência intrínseca à generalização, determinada pelo movimento do capital, da organização fordista-taylorista, assim como do americanismo – arma eficiente da guerra de posição travada pelas classes dominantes. Mas, para ele, se o movimento impulsionado pelo “peso da produção econômica norte-americana” provocará a “transformação das bases materiais da civilização européia, o que a longo prazo levará a uma mudança da forma de civilização existente e ao nascimento de uma nova civilização.”<sup>32</sup>

Não se pode esperar que a reconstrução seja iniciada pelos grupos sociais “condenados”, mas sim por aqueles que estão criando, por imposição e através do próprio sofrimento, as bases materiais desta nova ordem. Eles “devem” encontrar o sistema de vida “original”, e não de marca americana, para transformar em “liberdade” o que hoje é “necessidade”.<sup>33</sup>

Não se trata de uma visão produtivista. Não podemos nos esquecer que para Gramsci, o processo revolucionário se realiza automaticamente pela tomada do poder político, principalmente depois que a complexificação do ordenamento social determinou a “guerra de posição” como estratégia da luta. Ela só pode efetivar-se por meio de uma ação política e cultural – capaz de articular o projeto de reforma política, intelectual, moral e cultural ao de uma reforma econômica – em todas as esferas da vida social. É o potencial para essa intensa transformação, presente no fordismo-taylorismo-americanismo que deve ser apropriado e desenvolvido pelas classes revolucionárias.

Ao historicizar os efeitos da mecanização do trabalho, Gramsci percebe que estes não são capazes de abolir a capacidade de reflexão do trabalhador. Assim, nas profissões ligadas à reprodução de textos (dos amanuenses aos datilógrafos), o processo de adaptação à mecanização é mais difícil que nas

O fascismo em comparação  
ao americanismo  
representa uma barreira  
para a forma mais  
avançada – na lógica  
do capital – de organização  
da vida social.

outras, na medida em que o interesse intelectual dificulta uma boa e ágil reprodução.

Quando o processo de adaptação se completou, verifica-se então que o cérebro do operário, em vez de mumificar-se, alcançou um estado de liberdade completa. Só o gesto físico mecanizou-se inteiramente; a memória do ofício, reduzido a gestos simples repetidos em ritmo intenso, “aninhou-se” nos feixes musculares e nervosos e deixou o cérebro livre para outras ocupações [...] Os industriais norte-americanos compreenderam muito bem esta dialética inerente aos novos métodos industriais. Compreenderam que “gorila domesticado” é apenas uma frase, que o operário continua “infelizmente” homem e, inclusive, que ele, durante o trabalho pensa demais ou pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar, principalmente depois de ter superado a crise de adaptação. Ele não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, quando compreende que se pretende transformá-lo num gorila domesticado, pode levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas.<sup>34</sup>

Podemos concordar com Martelli sobre a ausência, em Gramsci, de uma “análise da relação causalidade/teleologia no esfera do ser social, a fim de uma tematização do trabalho como “ato ou posição teleológica” no qual individualizar “o salto ontológico” constitutivo do ser social”, como feita pelo último Lukács. No entanto, o próprio Martelli corrobora a nossa idéia de que, ao verificar com o fenômeno do americanismo, a generalização da racionalidade presente na esfera produtiva para a vida social, Gramsci se aproxima dessa problematização.

Também para Gramsci, como marxista, o trabalho e a técnica são as principais formas de mediação não só do homem com a natureza, mas também do homem com o homem. De um

lado, de fato o trabalho daquele simples fim à “atividade experimental do cientista” [...] representa “o primeiro modo de mediação dialética entre o homem e a natureza, a célula histórica elementar pela qual o homem, colocando-se em relação com a natureza através da tecnologia, a conhece e a domina”; já que para Gramsci a história não é uma realidade puramente subjetiva, ou abstratamente espiritual, mas inicia, apóia-se, se substancia, materialistamente, sobre

a obra da transformação humana da natureza, de humanização da natureza, se compreende como seu trabalho e a técnica, pelo contrário a práxis técnico-produtiva seja (como para o último Lukács) o modelo originário, a fonte primitiva e genética da sociedade humana é uma condição fundamental do seu desenvolvimento. De outro lado, enquanto célula própria do ser social, o trabalho é uma atividade eminentemente coletiva, socializante, implica conseqüentemente a constituição de organismos e relações sociais sempre mais complexas, que não só mediam a relação do indivíduo com a natureza, mas fazem do homem um animal essencialmente social [...] o indivíduo humano, enquanto ente histórico, não é apenas o “centro de entrelaçamento”, o produto, por ser ativo e consciente de tais relações, as quais, além de “voluntárias”, dependentes do sujeito singular, são também “necessárias”, ou seja, ontologicamente e materialistamente objetivas.<sup>35</sup>

De tudo isso concluímos que a proposição de Gramsci deriva da concepção de que o “bloco histórico” é uma totalidade orgânica, ou dito de outro modo, que a ação dos indivíduos relaciona-se simultaneamente a todos os aspectos da realidade. Por isso entende, recuperando “a estreitíssima ligação da cultura política e cultura industrial característica da época de *L'Ordine Nuovo*”,<sup>36</sup> que a luta pela hegemonia, no que diz respeito à classe operária, exige o desenvolvimento da capacidade do controle dos processos produtivos – e tal só pode se verificar com o domínio dos meios mais avançados de organização da produção. A política, como consenso e coerção, realiza-se dentro e fora da fábrica.

## A POLÊMICA ATUALIDADE DE GRAMSCI

Nossa principal questão retorna agora. De que maneira toda a análise gramsciana pode lançar luzes sobre o período atual, quando o fordismo-taylorismo está sendo superado como modelo de organização da produção?

Ressaltamos, por diversas vezes, ser o americanismo fordismo a forma mais adequada de revolução passiva para que as classes detentoras do capital superassem a crise orgânica dos anos 1920-1930 e, ao mesmo tempo, pudesse, mediante a intensificação da acumulação, manter sua hegemonia nos anos posteriores. Para tanto, foram determinantes o uso feito dos “fatores extra-

Podemos concordar com Martelli sobre a ausência, em Gramsci, de uma “análise da relação causalidade/teleologia no esfera do ser social.

econômicos”, de mecanismos políticos e ideológicos para a construção do “consenso”, gestados a partir da fábrica e sistematizados na esfera estatal (keynesianismo, política do *Welfare*). Foi esse tipo de ação que derrotou e cooptou o movimento operário.

Além disso, olhando retrospectivamente, vemos concretizadas duas previsões feitas por Gramsci: em primeiro lugar, se de início o desenvolvimento do americanismo teve como condição necessária a ausência de camadas parasitárias, essa situação não poderia manter-se permanentemente, em virtude da concentração de capitais proporcionada pelo acirramento da concorrência intercapitalista.<sup>37</sup> Não foi outro o fator que liberou da esfera da produção de mercadorias o grande fluxo de capitais que atualmente percorre o mundo. A outra, foi a realização do potencial de difusão da concepção de mundo americanista, aspecto indissociável da mundialização do capital. Esses dois pontos são fundamentais para pensarmos no caráter assumido pela revolução passiva na atualidade.

Grande parte das análises sobre as transformações ocorridas nas relações de produção a partir da década de 1970 tem destaque, principalmente, como forma de solução da crise do modelo fordista (e de todas as instituições que lhe davam sustentação), a auto-regulação dos mercados e das referidas relações – pelo próprio dinamismo do capital e, em decorrência disso, o encolhimento da esfera de ação do Estado. Mas, conforme vimos, primeiramente com Mészáros, e ao longo da leitura de Gramsci, o capital não pode sobreviver sem que todos os fenômenos da totalidade social sejam por ele controlados. Por esse motivo,

[...] o novo curso exigiria pelo menos uma intervenção do Estado nos processos sócio-econômicos tão grande (agora mais que nunca em nome do *big business*) quanto na variante keynesiana. A única diferença era que, adicionada à generosa ajuda dada ao *big business* – desde os incentivos fiscais massivos até práticas corruptas de “privatização”, desde abundantes fundos de pesquisa (especialmente em proveito do complexo militar/industrial) a mais ou menos aberta facilidade à tendência ao monopólio – a direita radical teve que impor também uma série inteira de leis repressivas sobre o movimento dos trabalhadores.<sup>38</sup>



Norberto Bobbio

Ainda de acordo com Mészáros, a incorporação do discurso da “ausência do Estado” pelas esquerdas foi responsável pela adoção de duas práticas que denotam o abandono do projeto revolucionário: a separação de sindicatos e partidos e a adoção de práticas defensivas por parte de ambos. Enquanto a prática dos primeiros restringiu-se progressivamente à negociação com o capital, na medida em que a reestruturação produtiva ameaça não apenas salários,

mas os próprios empregos; a dos últimos buscou amenizar os efeitos degradantes do capital por meio da mera disputa político-institucional.

O que queremos dizer é que a admissão da perda do papel do Estado – que como já demonstramos é falsa – leva inevitavelmente ao deslocamento da luta para a esfera da sociedade civil.

Na obra de Gramsci, a questão da sociedade civil emerge no momento de avaliação das novas condições que tornaram possível o desenvolvimento das formas passivas de construção da hegemonia adotadas pelas classes dominantes e que delimitam, por outro lado, aquelas a serem adotadas pelas classes revolucionárias. Nessa análise, Gramsci faz uso de uma terminologia militar: nas condições anteriores a 1848, as massas seguiam a estratégia da “guerra de movimento” – o confronto direto com as forças estatais. As condições atuais impõem a necessidade de se mover cautelosamente, fazendo uso da “guerra de posições”.

O último caso de “guerra de movimento” foi o da Revolução Russa. Mas seu êxito só fora possível graças à configuração daquela sociedade. Fazendo uso das noções de “Oriente” e “Ocidente” para identificar respectivamente uma diferença estrutural entre as formações econômico-sociais dos países menos e mais avançados do ponto de vista das relações capitalistas, Gramsci expõe os motivos da mudança de estratégia.

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa, no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa, de Estado para Estado,

é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento do caráter nacional.<sup>39</sup>

Foi justamente a compreensão do significado tático da “guerra de posição” diante da complexificação da sociedade civil que deu origem a intermináveis discussões sobre o conceito de hegemonia em Gramsci. Uma das leituras mais difundidas é a de Norberto Bobbio.

Bobbio parte do princípio de que diferentemente de Marx, Gramsci não considera a sociedade civil como espaço da estrutura, mas sim como um dos momentos da superestrutura. Como observa Liguori ao comentar a análise de Bobbio, essa leitura supõe uma concepção mecanicista da relação estrutura-supra-estrutura. Não se faz presente uma relação dialética entre os dois termos, deduz-se somente que um determina (sem mediações) o outro.<sup>40</sup> Convencido da superioridade da supra-estrutura em Gramsci,

Bobbio retém do conceito de hegemonia o seu significado de direção cultural enquanto sentido ampliado de direção política em Lenin. Entende que em Gramsci a hegemonia precede à conquista do poder, na medida em que atua principalmente sobre a sociedade civil, ou seja, como momento consensual.

Já para Coutinho, o equívoco de Bobbio reside na ligação da questão da sociedade civil à relação entre estrutura e supra-estrutura, quando na verdade, em Gramsci esse conceito se relaciona ao problema do Estado.<sup>41</sup> A sociedade civil, como a entende Gramsci, não tem o mesmo significado que tinha em Marx, mas também não se identifica com o Estado *stricto sensu*.

Coutinho rejeita a leitura de hegemonia como consenso e coerção, pois entende que Gramsci distingue duas esferas constitutivas da supra-estrutura: a “sociedade política” e a “sociedade civil”. À primeira, fundada nos aparelhos coercitivos e burocrático-executivos do Estado corresponde à função de coerção, ditadura ou dominação. À segunda, fundada nos aparelhos privados de

hegemonia, corresponde à função de consenso, direção, hegemonia.

A tese de Coutinho de que Gramsci, ao refletir sobre a natureza das relações no interior da sociedade de sua época, ampliou a concepção marxista e leninista de Estado é facilmente aceita, mas inúmeras discussões vêm sendo travadas a respeito das implicações que tanto sua leitura quanto a de Bobbio teriam para a compreensão dos processos políticos.

A observação feita por Togliatti a respeito da natureza metodológica e não orgânica da distinção entre Estado e sociedade civil estabelecida por Gramsci,<sup>42</sup> é sugestiva para o enfrentamento dessa polêmica. Seguindo essa sugestão, pode-se considerar que como momento da produção das formas econômicas, a sociedade civil está colocada no sentido em que a compreendia Marx. Mas Gramsci não pode aplicar os resultados das investigações de Marx a uma realidade que se mostra diferente. Ele vê que a sociedade civil se tornou, “com o desenvolvimento de superestruturas que são como o sistema de trincheiras da guerra moderna”,<sup>43</sup> muito mais complexa, constituída por uma série de instituições sociais que não são diretamente políticas, mas que fazem a ligação entre a classe dominante na esfera estrutural e a forma que ela encontra para manter a estrutura vigente por meio do Estado.

Por sua vez, se a coerção não é mais a única forma utilizada pela classe dominante no exercício da hegemonia, graças à politização da sociedade civil, isso está longe de significar o estabelecimento de formas estritamente consensuais nas relações entre as classes.

A oposição sociedade política (coerção)/ sociedade civil (hegemonia-consenso) deixa de considerar que através de sofisticados mecanismos de dominação ideológica, implementados no interior do processo de trabalho e também nas demais atividades cotidianas, as instituições da sociedade civil exercem também um papel coercitivo – ao mesmo tempo em que se configuram também como espaço de disputa pela hegemonia e, por esta razão, potencialmente espaço de resistência e transformação. Assim, perde a perspectiva, delineada principalmente em *Americanismo e fordismo*, de que a maior complexificação da sociedade civil torna cada vez mais imbricados os

A oposição sociedade política (coerção)/sociedade civil (hegemonia-consenso) deixa de considerar que através de sofisticados mecanismos de dominação ideológica.

diversos aspectos da realidade e que, em consequência, cada vez menos a luta política pode ser compreendida apenas no espaço superestrutural, mas sim realizando-se em todos os espaços da vida cotidiana.

Após a investigação do reordenamento da estrutura produtiva nas últimas décadas, podemos dizer que esse processo se desenvolve, graças a mecanismos – econômicos, políticos, culturais –, em sua natureza herdada da concepção de mundo americanista, que são, contraditoriamente, muito mais sutis e cada vez mais violentos.

Através das lentes gramscianas, o americanismo, exatamente nas suas últimas manifestações – o reaganismo, o thatcherismo, e seu epígono o craxismo – aparece como uma hegemonia que se afirma sempre mais a partir da fábrica, da produção do lucro, em todos os níveis da sociedade civil e do Estado. A neo-hegemonia conservadora apresenta-se como uma síntese que oferece aos grupos étnicos e sociais mais distantes do Centro de todos os Centros (o homem branco com bem-estar) um paliativo, uma subtração da realização, coroada de sucesso, do *american way of life*.<sup>44</sup>

Ao longo de nossa reflexão, constatamos que a abordagem das questões ligadas ao mundo do trabalho envolve uma multiplicidade de aspectos, todos eles extremamente complexos. A identificação do conteúdo de situações designadas genericamente pelas expressões “crise do mundo do trabalho”, “crise dos movimentos sociais”, “crise das esquerdas”, “crise do Estado”, etc., exige um esforço investigativo capaz de ultrapassar as manifestações econômicas e políticas mais imediatas, ou seja, impõe como desafio a compreensão dos processos através dos quais se desenvolveram e inter-relacionaram as dimensões que as compõem.

Neste sentido, o resgate do pensamento de Gramsci encontra pelo menos duas justificativas: em primeiro lugar, a riqueza de suas análises histórico-políticas, articuladas por categorias analíticas elas mesmas processuais, a um tempo expressão da compreensão da história passada e do esforço para captar os vínculos entre o passado e as possibilidades do devir. Indissociável do aspecto que acabamos de descrever, o outro ponto a ser valorizado é o permanente deslocamento do foco de análise entre diversos momentos nos quais se constituem, simultaneamente, os sujeitos e os objetos políticos. Este ponto pode ser traduzido em

termos de desenvolvimento de uma perspectiva metodológica que busca apreender, de forma dinâmica, os nexos entre as manifestações econômicas, políticas, culturais, etc.

Baseados nestas breves considerações podemos concluir que as contribuições oferecidas por Antonio Gramsci destacam-se como relevantes não apenas para que se possa entender a gênese das transformações verificadas nas condições materiais e subjetivas do mundo do trabalho, mas principalmente para que se possa propor a superação dessa forma de organização social que é sempre mais “americanista”, mas é também “pós-fordista” e que se mostra, dia a dia, profundamente destrutiva.

Após a investigação do reordenamento da estrutura produtiva nas últimas décadas, podemos dizer que esse processo se desenvolve, graças a mecanismos

## NOTAS

- 1 Cf. István Mészáros, *apud* Ricardo Antunes, *Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (5ª ed. São Paulo/Campinas: Cortez/Editora da Unicamp, 1999), pp. 19-22.
- 2 Com esta expressão, Mészáros refere-se a todos os componentes do “capital social total”, da pluralidade de capitais ao trabalho, feita a observação de que enquanto “os interesses dos integrantes particulares do capital possam ser equilibrados com sucesso – ainda que de maneira estritamente temporária –, não pode haver um equilíbrio entre os interesses e o poder do capital e do trabalho respectivamente”, dada à condição do trabalho de antagonista estrutural e alternativa sistêmica ao capital. István Mészáros, “Atualidade histórica da ofensiva socialista”, em *Beyond capital, Práxis*, ano V, 1999, pp. 72, 74.
- 3 Ricardo Antunes, *Adeus ao proletariado?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, cit. Mais recente – e também de maior fôlego – é o livro *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a formação e a negação do trabalho* (2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2000), também referência para a redação deste artigo.
- 4 De acordo com Antunes “[...] essa noção amplia, incorpora e supera a idéia de proletariado industrial, que se reduz e se torna significativamente heterogênea no Primeiro Mundo, como decorrência das mudanças tecnológicas e da automação”. (Ricardo Antunes, *Adeus ao proletariado?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, cit. p. 119.
- 5 Uma reflexão mais detalhada sobre o fordismo, taylorismo e keynesianismo será realizada no item “Gramsci, americanismo e fordismo”. Por ora, indicaremos apenas suas principais características (Cf. Ricardo Antunes, *Adeus ao proletariado?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, cit. p. 37).

- <sup>6</sup> Os sintomas mais evidentes da emergência de uma crise estrutural no período foram: 1) queda da taxa de lucro, dada, entre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais nos anos 60; 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao *desemprego estrutural* que então se iniciava; 3) hipertrofia da *esfera financeira*, que ganhava *relativa autonomia* frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização; 4) a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; 5) a crise do *Welfare State* e de seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; 6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos *contingentes* que exprimiam esse novo quadro crítico (Cf. Ricardo Antunes, *Adeus ao proletariado?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, cit., pp. 29-30).
- <sup>7</sup> Alain Bihr, *Da grande noite à alternativa. O movimento operário europeu em crise* (São Paulo: Boitempo, 1998), pp.56-61.
- <sup>8</sup> Ricardo Antunes, *Adeus ao proletariado?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, cit., pp. 54-55.
- <sup>9</sup> A incorporação ao trabalho produtivo de atividades antes desempenhadas por trabalhadores improdutivos, permite ao capital eliminar os custos com a parcela do trabalho que não gerava diretamente valor.
- <sup>10</sup> Ricardo Antunes, *Adeus ao proletariado?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, cit., p. 128.
- <sup>11</sup> Fernando Haddad, "Trabalho e classes sociais", em *Tempo Social*, vol. 9, nº 2, 1997, pp. 97-123.
- <sup>12</sup> O autor desenvolve um longo e complexo argumento, a fim de demonstrar que o conhecimento científico, mesmo transformado no motor da produção não é, por suas características intrínsecas, trabalho. A título elucidativo, reproduzimos aqui seus pontos principais: "1) Em primeiro lugar, a atividade inovadora não tem relação com o tempo de trabalho, embora exercida durante o tempo de trabalho; 2) Em segundo lugar, o padrão de reprodutividade dessa força produtiva guarda mais relação com o antigo virtuoso medieval do que com o trabalhador moderno; 3) Em terceiro lugar, o rendimento de um agente inovador, apesar da forma que assume, não é, a rigor, salário. Esse rendimento, aliás, guarda algumas semelhanças com a renda fundiária [...] está-se defendendo a hipótese de que, sob a superindústria capitalista, a fronteira do saber move-se numa velocidade superior àquela do processo de socialização do saber; 4) Em quarto lugar, a atividade inovadora, ao contrário do trabalho qualificado, não produz valor. A ciência não produz mercadorias, embora funcione como promotora do aperfeiçoamento do processo de produção de mercadorias" (Fernando Haddad, "Trabalho e classes sociais", cit., pp.112-112).
- <sup>13</sup> *Ibid.*, p.110.
- <sup>14</sup> *Ibid.*, p.113.
- <sup>15</sup> Ricardo Antunes, *Adeus ao proletariado?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, cit., p.120.
- <sup>16</sup> *Ibidem.*
- <sup>17</sup> *Ibid.*, p. 124.
- <sup>18</sup> Antonio Gramsci, *Maquiavel, a política e o estado moderno* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991), pp. 375-376.
- <sup>19</sup> Angela Tude de Souza, *Sobre o americanismo e o fordismo de Antonio Gramsci*, Série Textos Didáticos (Campinas: IFCH/Unicamp, 1992), pp. 3-38.
- <sup>20</sup> Antonio Gramsci, *Maquiavel, a política e o estado moderno*, cit., p. 397.
- <sup>21</sup> *Ibid.*, p. 381.
- <sup>22</sup> *Ibid.*, p. 396.
- <sup>23</sup> *Ibid.*, pp. 404-405.
- <sup>24</sup> *Ibid.*, p. 388.
- <sup>25</sup> Luiz Werneck Vianna, "O ator e os fatos: a revolução passiva e o americanismo em Gramsci", em *Dados. Revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro, vol. 38, nº 2, 1995, pp. 197-198.
- <sup>26</sup> Giorgio Baratta, "Antonio Gramsci crítico dell'americanismo", em G. Baratta & A. Catone (orgs.), *Modern Times, Gramsci e la critica dell'americanismo* (Milano: Difusioni'84, 1989), pp. 29-30.
- <sup>27</sup> Na ausência de um ator que interprete e organize de forma progressiva as necessidades e possibilidades manifestadas objetivamente nas várias esferas da vida social, os setores dominantes se dispõem a promover unicamente o desenvolvimento na medida e na intensidade necessária à sua própria conservação. "O risco da dissociação entre ator e 'fatos', por falta, naquele, de critérios para uma adequada avaliação da sua situação, está em que a revolução passiva se institua como um processo em que a mudança esteja sempre limitada pelos avatares da conservação, obrigando o mundo a uma permanente reiteração desencantada da ordem estabelecida". Luiz Werneck Vianna, "O ator e os fatos: a revolução passiva e o americanismo em Gramsci", cit., p. 183.
- <sup>28</sup> Giorgio Baratta, "Antonio Gramsci crítico dell'americanismo", cit., p. 30.
- <sup>29</sup> O cesarismo é o fenômeno em que, através da emergência de uma personalidade "heróica" – que aparentemente assume a função de árbitro entre as disputas de classes e frações de classes – busca-se solucionar o problema da crise de hegemonia quando o confronto entre uma força progressista e uma força reacionária ameaça evoluir no sentido da destruição de uma delas ou de ambas. De acordo com a configuração das relações de forças, pode ter lugar um cesarismo progressivo – "quando a sua intervenção ajuda a força progressista a triunfar, mesmo com certos compromissos e medidas que limitam a vitória" – e reacionário – "quando a sua intervenção ajuda a força reacionária a triunfar, também nesse caso com determinados compromissos que têm um valor, um alcance e um significado oposto ao caso precedente". Pensamos também que a afirmação de que "cada governo de coalizão é um grau inicial de cesarismo, que pode ou não se desenvolver até graus mais significativos, sugere que também nas democracias liberais pode se caracterizar o cesarismo. Nessas, ele se verificaria nas alianças políticas por meio das quais as classes dominantes buscam impedir o crescimento da iniciativa organizada das massas, Antonio Gramsci, *Maquiavel, a política e o estado moderno*, cit., pp. 63-64).
- <sup>30</sup> Lembrar a observação de que a luta operária desse momento, na América, assemelhava-se à dos ofícios qualificados da Europa do século XVIII e, sendo assim, "o seu destroncamento, exigido

- pelos industriais, tem um aspecto 'progressista'". Antonio Gramsci, *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, cit., p. 382.
- <sup>31</sup> Giorgio Baratta, "Antonio Gramsci crítico dell'americanismo", cit., p. 4.
- <sup>32</sup> Antonio Gramsci, *Maquiavel, a política e o estado moderno*, cit., p. 411.
- <sup>33</sup> *Ibid.*, p. 412.
- <sup>34</sup> *Ibid.*, p. 411.
- <sup>35</sup> Michele Martelli, "Gramsci. Per una teoria marxista della soggettività", em *Gramsci e il marxismo contemporáneo*. (Milano: Riuniti, 1990), pp. 186-187.
- <sup>36</sup> Giorgio Baratta, "Lutas de hegemonia na época de 'americanismo e pós-fordismo'", em *Novos Rumos*, nº 33, São Paulo, IAP/Ipsa, 2000, p. 8.
- <sup>37</sup> Antonio Gramsci, *Maquiavel, a política e o estado moderno*, cit., pp. 400-401.
- <sup>38</sup> István Mészáros, "Atualidade histórica da ofensiva socialista", cit., p. 61.
- <sup>39</sup> Antonio Gramsci, *Maquiavel, a política e o estado moderno*, cit., p. 75.
- <sup>40</sup> Guido Liguori, "O pensamento de Gramsci na época da mundialização", em *Novos Rumos*, nº 32, São Paulo, IAP/Ipsa, pp. 9-11.
- <sup>41</sup> Carlos Nelson Coutinho, *Gramsci* (Porto Alegre: L&PM Editores, 1981), p. 88.
- <sup>42</sup> Palmiro Togliatti, "O leninismo no pensamento e na ação de Gramsci", em *Socialismo e democracia* (Rio de Janeiro: Ilha Livraria Editora/Edições Muro, 1980).
- <sup>43</sup> Antonio Gramsci, *Maquiavel, a política e o estado moderno*, cit., p. 73.
- <sup>44</sup> Giorgio Baratta, "Antonio Gramsci crítico dell'americanismo", cit., pp. 39-40.